

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Nem vem

Os senadores resistem a fatar a PEC dos Precatórios. A ordem é garantir os R\$ 400 para o Auxílio Brasil, mas não deixar o presidente Jair Bolsonaro com os cofres cheios para gastar no ano eleitoral.

## Uma mulher em pré-campanha

O MDB vai colocar o nome da senadora Simone Tebet (MS) na roda dos presidenciais em 30 de novembro. É a primeira mulher nessa roda de 2022, até aqui um “clube do Bolinha”. Tebet, aliás, é citada como a vice dos sonhos de todos os postulantes.

## Continhas tucanas

Os aliados de Eduardo Leite já fizeram as contas e concluíram que precisam vencer com folga em Minas Gerais, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul e, claro, Rio Grande do Sul.

## Foco em Minas

Os tucanos de Minas Gerais estão mais que atentos à votação de amanhã. Não querem repetir o vexame de 2014, quando Aécio Neves perdeu a eleição presidencial para Dilma Rousseff justamente em Minas. Tanto é que o deputado Paulo Abi-Ackel, que preside o partido por lá, já foi escalado para permanecer em Minas no fim de semana para acompanhar de perto a votação dos mineiros.

## Se perder ali, lascou

O estado é o segundo em número de filiados com mandato, perdendo apenas para São Paulo. As contas por ali indicam que, se perder em Minas Gerais, Leite já era.



# Vitória? Depende

Ao mesmo tempo em que fazem as projeções de placar para as prévias de amanhã, que escolherão o candidato do PSDB ao Planalto, os tucanos trabalham desde já para evitar uma debandada, independentemente de quem sair vitorioso. Os dois principais candidatos têm plena consciência de que, se o vencedor fizer um discurso “pisando” nos adversários, estará derrotado na largada. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, já ensaiou uma manifestação de busca dos pré-candidatos de outros

partidos de centro. O governador de São Paulo, João Doria, idem.

A coluna, Doria, cujas projeções são mais otimistas do que as do grupo de Leite, garantiu que “não haverá derrotados nas prévias do PSDB”. Em 2016, vale lembrar, ele fez de Bruno Covas candidato a vice na chapa à Prefeitura de São Paulo. Covas, que havia abandonado as prévias, tinha apoiado o então deputado Ricardo Tripoli. A ordem nessa reta final entre os aliados do governador paulista é transformar a imagem de João trabalhador na de “João agregador”.

## CURTIDAS

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



**Na pressão/** A sexta-feira foi marcada por uma profusão de boatos de que o ex-prefeito de Manaus, ex-deputado e ex-senador Arthur Virgílio Neto (foto) iria desistir de participar da prévia.

**Tucanada em Brasília/** A casa do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) será palco de um jantar para a turma de João Doria. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, reunirá seus aliados numa galeteria, prato típico dos gaúchos.

**Amor e conveniência/** Um parlamentar resumiu assim o casamento de Bolsonaro com o PL: “Você finge que me ama, e eu finjo que acredito”.

**Novo livro da Dad/** Prestes a abrir suas portas no Casa Park, em Brasília, a Livraria da Travessa será palco do lançamento de *Maravilhas de Brasília*, mais um primoroso texto de Dad Squarisi sobre todas as delícias da capital de todos os brasileiros. Dad autografa o livro em 27 de novembro, às 19h.

## PODER

# Senado mais avesso à PEC

Fatiamento da proposta que viabiliza Auxílio Brasil não agrada. Texto que propõe alternativa ganha força

» JORGE VASCONCELLOS

Pressionado pelo governo a aprovar a PEC dos Precatórios, a tempo de o Auxílio Brasil de R\$ 400 começar a ser pago em dezembro, o Senado reconhece a importância do benefício, mas segue resistente ao texto chancelado pela Câmara. Na segunda-feira, dois dias antes da votação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), os senadores vão realizar uma sessão temática para discutir o assunto, com a participação de representantes do Executivo e de especialistas. A iniciativa é de parlamentares contrários a pontos da PEC que preveem o adiamento do pagamento de precatórios — dívidas da União reconhecidas pela Justiça — e mudanças nas regras do teto de gastos.

O requerimento para a realização da sessão temática foi apresentado pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF), vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO). A PEC é a aposta do Planalto para bancar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família, até dezembro de 2022.

A proposta do governo adia o pagamento de mais da metade dos R\$ 89 bilhões previstos para serem quitados no ano que vem em precatórios. O texto também amplia o teto de gastos e o objetivo do Ministério da Economia é abrir uma folga fiscal de R\$ 91,6 bilhões no orçamento do próximo ano.

O governo, porém, propõe o fatiamento da PEC. Por essa estratégia, os senadores endossariam a proposta aprovada pelos deputados, evitando que eventuais alterações levem o texto para nova votação na Câmara, o que atrasaria a tramitação.

Propostas de mudanças seriam analisadas posteriormente.

## Em partes

A dificuldade do governo é que a ideia do fatiamento não vingou no Senado, onde ganha força uma PEC alternativa apresentada por Alessandro Vieira (Cidadania-SE), José Aníbal (PSDB-SP) e Oriovisto Guimarães (Podemos-PR). A nova proposta foi entregue ao líder do governo na Casa e relator da PEC dos precatórios, Fernando Bezerra (MDB-PE).

Entre outros pontos, a proposta alternativa prevê que o Auxílio Brasil se torne permanente, e não com vigência até dezembro de 2022, como quer o governo. Os senadores também propõem que o programa seja custeado sem a necessidade de adiamento dos precatórios — excepcionalmente essas dívidas judiciais seriam retiradas do teto de gastos, cujas regras atuais seriam mantidas.

Outro ponto importante do texto é o que acaba com as chamadas emendas de Relator (RP9) e de Comissão (RP8), que não têm previsão constitucional. Segundo os autores, a proposta alternativa garantiria a concessão do Auxílio Brasil de R\$ 400 a aproximadamente 21 milhões de brasileiros, ao viabilizar cerca de R\$ 99 bilhões para assistência social — a meta do governo é atender 17 milhões de pessoas. Até o momento, o único ponto que recebeu a concordância do Executivo é o que dá um caráter permanente ao programa social.

“Com esse novo texto, estamos oferecendo a oportunidade de o governo criar o benefício de forma sustentável. Podemos ter responsabilidade social sem cometer nenhuma irresponsabilidade fiscal”, afirmou Oriovisto Guimarães.

Marcos Oliveira/Agência Senado



## TRÊS PERGUNTAS — Senador Izalci Lucas, vice-presidente da Comissão de Orçamento

**“Não podemos aprovar algo que possa dar com uma mão e tirar com as duas”**

**Por que o senhor propôs a realização de uma sessão temática para discutir a PEC dos Precatórios?**

O Senado não é um cartório, que carimba as coisas. Tem que discutir. A PEC aprovada na Câmara merece um debate com economistas para explicar as consequências. Estamos chamando as consultorias da Câmara e do Senado, juntamente com a Instituição Fiscal Independente (IFI). Ontem, foi aprovado um requerimento também solicitando que a ex-ministra Tereza Campello (Desenvolvimento Social

e Combate à Fome no governo Dilma Rousseff) participasse, para a gente ver as consequências econômicas e sociais, além da questão da responsabilidade fiscal.

**Como o senhor avalia a proposta do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de fatar PEC para que o Senado aprove os pontos aprovados pelos deputados e deixe as mudanças para depois?**

Acho que o Arthur fez o papel de aprovar na Câmara. O Senado é

um poder revisor, que representa os entes da Federação, e vai debater — não é em função do que foi aprovado na Câmara, mas em função do convencimento. Vamos ouvir, também, o Ministério da Economia, a parte técnica e, aí, tomar uma posição que nada tem com a Câmara. Se o governo conseguir convencer de que está tudo 100%, é uma coisa; senão, tem que buscar um entendimento. O Auxílio Brasil, no valor que está sendo aprovado, em caráter definitivo, é



**Estamos oferecendo a oportunidade de o governo criar o benefício de forma sustentável. Podemos ter responsabilidade social sem cometer nenhuma irresponsabilidade”**

**Senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR)**, um dos autores da PEC alternativa à que veio da Câmara

uma unanimidade — todo mundo vota favorável. Mas a questão não é o pagamento, é a forma que temos que discutir.

**Qual sua opinião sobre o texto aprovado pela Câmara?**

Não podemos ser irresponsáveis de aprovar algo que possa dar com uma mão e tirar com as duas, que é o que está acontecendo com a inflação. A gente sabe as consequências dela. Não dá para você maquiagem, mudar a regra do jogo (teto de gastos) para justificar apenas uma abertura de um valor.